

e-book

MUNICÍPIO, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO

A ADMINISTRAÇÃO LOCAL
DA EDUCAÇÃO E DA FORMAÇÃO

JOAQUIM MACHADO · JOSÉ MATIAS ALVES

[coordenação]



UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA · PORTO



Município, Território e Educação – A administração local da educação e da formação
Coordenação · JOAQUIM MACHADO & JOSÉ MATIAS ALVES
Autores · JOÃO PINHAL, JOAQUIM AZEVEDO, JOAQUIM MACHADO,
JOSÉ MARIA AZEVEDO, MANUEL ORVALHO, VALDEMAR ALMEIDA.

© Universidade Católica Editora . Porto
Rua Diogo Botelho, 1327 | 4169-005 Porto | Portugal
+ 351 22 6196200 | uce@porto.ucp.pt
www.porto.ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt

Coleção · e-book
Coordenação gráfica da coleção · Olinda Martins
Capa · Olinda Martins
Revisão de texto · Joaquim Machado e Ilídia Cabral

Data da edição · 2014
Tipografia da capa · Prelo Slab / Prelo
ISBN · 978-989-8366-77-1

<i>Introdução</i>	· 04 ·
<i>Regulação da educação: Os municípios e o Estado</i> João Pinhal	· 08 ·
<i>A intervenção dos Municípios na educação: O caso de Matosinhos</i> Manuel Orvalho	· 15 ·
<i>Projetos educativos Municipais e promoção do sucesso educativo</i> Valdemar Almeida	· 25 ·
<i>Municípios, Educação e Desenvolvimento Local – Notas para a apresentação do livro</i> José Maria Azevedo	· 32 ·
<i>Descentralização e Administração Local: Os municípios e a educação</i> Joaquim Machado	· 39 ·
<i>Administração Local de Educação e Formação de Cascais: apresentação de um projeto em curso</i> Joaquim Azevedo	· 57 ·

Introdução

Joaquim Machado¹ e José Matias Alves²

Nas últimas décadas temos assistido à revalorização do local como instância definidora de políticas educativas e como nível prioritário de administração (Barroso, 1999). Esta revalorização traduz-se, por um lado, nas políticas de reforço da autonomia das escolas e, por outro, na transferência de competências e no alargamento das áreas de intervenção dos municípios na educação. Estas políticas fazem parte de um processo de resolução da crise de governabilidade dos sistemas nacionais de ensino, resultante do seu crescimento exponencial, da complexidade organizacional e da heterogeneidade humana (discente, docente, contextual) da escola de massas, da erosão da escola na certificação de conhecimentos e da quebra de confiança na transição entre educação e emprego, da desaceleração do investimento público na educação e dos disfuncionamentos burocráticos do aparelho administrativo do Estado (Formosinho, 1992; Barroso, 1996; Canário, 2005).

Inseridas num processo político com lógicas e objetivos distintos, as medidas de territorialização educativa valorizam as escolas e os territórios, os atores escolares e outros atores da comunidade local, a comunidade escolar e a comunidade educativa, a governação da escola e a governação do território educativo. A contextualização e localização das políticas e da ação educativas contrapõe à homogeneidade das normas e dos processos a heterogeneidade das formas e das situações e exige que, na sua definição e execução, “a ação dos atores deixe de ser determinada por uma lógica de submissão, para passar a subordinar-se a uma lógica de implicação” (Barroso, 1996:11).

Inserindo-se as escolas num determinado território e suas comunidades, este livro aborda o sentido da outorga de mais competências às autarquias no domínio da educação e problematiza-se o papel do Estado, dos municípios e das escolas, centrando-se, sobretudo, na relação que se estabelece entre o Município e as organizações educativas locais, na articulação entre um projeto

¹ Centro de Estudos para o Desenvolvimento Humano (CEDH), Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa.

² Centro de Estudos para o Desenvolvimento Humano (CEDH), Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa.

educativo de território e os projetos educativos de escola e afirmando a centralidade da ação organizativa do município e a centralidade dos atores escolares.

João Pinhal distingue entre uma perspetiva que afirma as organizações locais e valoriza a concorrência entre elas e outra que dá centralidade ao território educativo e pressupõe um modelo que propicia a construção de políticas locais, afirmando o Município como a instância melhor colocada para fazer a gestão local do sistema educativo e desenvolver programas de intervenção no território concelhio.

Como refere o autor, as principais dúvidas que se colocam à intervenção local na área da educação têm a ver com a garantia da equidade geral do sistema público de educação e ensino e com a capacidade local para o desempenho de tarefas antes cometidas à administração central, defendendo, por isso, um sistema que compatibilize as funções do Estado com o aumento de responsabilidades das autarquias locais e promova a concertação e cooperação com as organizações locais.

Manuel Orvalho apresenta a organização da rede pública no concelho de Matosinhos e destaca a evolução da frequência escolar num contexto de redução dos índices de natalidade, enuncia as competências assumidas pelo Município na área da educação escolar, enfatiza alguns aspetos “inovadores” no serviço educativo prestado e afirma a capacidade da autarquia local para assumir mais competências na área da educação.

Valdemar Almeida realça a necessidade de o processo de outorga de competências às organizações incorporar a capacidade de decisão e evidencia a ação pioneira de alguns municípios na construção coletiva e participada de projetos educativos municipais voltados para a resolução de problemas concretos, onde destaca a participação ativa das instituições educativas. Enuncia os princípios orientadores e apresenta as principais ações de um processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos municipais e de um projeto educativo para a área metropolitana do Porto.

José Maria Azevedo deixa-nos as suas *notas para a apresentação* do livro *Municípios, Educação e Desenvolvimento Local - Projetos educativos municipais* (Machado *et al.*, 2014), onde se cruzam matérias de educação, de desenvolvimento e de organização do Estado. Destacando os contributos do livro para se perceber em que medida os municípios são executores locais de políticas estatais ou promotores de políticas educativas nacionais e a lógica por que se rege a sua ação, sugere que sejam estudados os efeitos da mudança de ciclos políticos na continuidade e na evolução das políticas autárquicas, especialmente no que respeita às suas atribuições legais e defende a importância de uma política municipal integrada, que não circunscreva a ação

educativa ao exercício das competências do pelouro da educação, destacando a interação com as áreas de ação social e da cultura.

Neste sentido vai também Joaquim Machado quando enfatiza, no processo de atribuição de mais competências para as escolas e para as autarquias, a necessidade de um reordenamento de base territorial municipal ou intermunicipal, cujo estatuto não está ainda definido, para assegurar a coordenação local da educação em torno de um projeto educativo comum à escola e ao território.

A nível local jogam-se, pois, diversos sentidos da descentralização administrativa que se consubstanciam nas atribuições e competências dos municípios e das escolas. Assim, a proposta de outorga de maior autonomia às escolas apresentada por João Barroso (1996) pressupõe o reconhecimento às escolas do estatuto de “parceiros”, isto é, entidades públicas com poderes e meios próprios de intervenção local e não o de simples unidades orgânicas dependentes do Ministério e agora das autarquias. Na verdade, a governação da educação a nível local apresenta-se como um campo de possibilidades, cuja evolução tem a ganhar com a consideração da distinção entre “administração local dos recursos” e “gestão das escolas”, como realça José Maria Azevedo. Como releva do recente processo de agrupamento e agregação de estabelecimentos em unidades orgânicas de maior dimensão (alguns a coincidir com o território concelhio), é preciso conciliar a proximidade da ação pedagógica e a autonomia da ação dos profissionais, por um lado, e a capacidade de decisão numa escala de interação organizacional, por outro.

Por isso, torna-se relevante a experiência de *Administração Local de Educação e Formação* que emerge no Município de Cascais, aqui apresentada por Joaquim Azevedo, e que resulta da cooperação entre as escolas e a autarquia local. Trata-se de uma iniciativa que pretende aprofundar a descentralização no domínio da educação, procurando redistribuir as competências entre o Estado, o município e as escolas. Nesta exposição, assume relevo a enunciação dos princípios orientadores de uma administração local de educação e formação, as suas atribuições e as competências dos seus órgãos, sendo de destacar o facto de os proponentes desta experiência-piloto a situarem “num campo novo, menos explorado, de convergência entre a autonomia das escolas agrupadas e a regulação sociocomunitária da educação”.

Tal significa que a experiência-piloto proposta se circunscreve à microrregulação local, entendida como “o processo de coordenação da ação dos atores no terreno que resulta do confronto, interação, negociação ou compromisso de diferentes interesses, lógicas, racionalidades e estratégias em presença quer, numa perspetiva vertical entre ‘administradores’ e ‘administrados’, quer numa perspetiva horizontal, entre os diferentes ocupantes dum mesmo espaço de

interdependência (intra e inter organizacional) – escolas, territórios educativos, municípios, etc.” (Barroso, 2006:56-57). Significa, de igual modo, que aposta na alteração de papéis do Estado e a sua administração (central e autárquica), os professores e os pais dos alunos e a comunidade em geral na administração da educação e em particular na regulação local da escola pública (Barroso, 2005:82-84).

Referências bibliográficas

Barroso, J. (1996). *Autonomia e Gestão das Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação

Barroso, J. (Org.) (1999). *A escola entre o local e o global. Perspectivas para o século XXI*. Lisboa: Fórum Administração Educacional e Educa

Barroso, J. (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta

Barroso, J. (2006). O Estado e a educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In J. Barroso (Org.), *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, dinâmicas e actores* (pp. 41-70). Lisboa: Educa

Canário, R. (2005). *O Que é a escola? Um olhar sociológico*. Porto: Porto Editora

Formosinho, J. (1992). O dilema organizacional da escola de massas, *Revista Portuguesa de Educação*, 1992, 5 (3), 23-48

Machado, J.; Alves, J. M.; Fernandes, A. S.; Formosinho, J.; Vieira, I. (2014). *Municípios, Educação e Desenvolvimento Local. Projetos educativos municipais*. V. N. Gaia: Fundação Manuel Leão